Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã - GEAL

Relatório Anual de Contas 2019
<table>
<thead>
<tr>
<th>RÚBRICAS</th>
<th>NOTAS</th>
<th>DATAS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>31 DEZ 2019</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ACTIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ativo não corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>5</td>
<td>76 635,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros</td>
<td>11.1</td>
<td>852,54</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do ativo</strong></td>
<td></td>
<td>77 487,63</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fundos patrimoniais</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas</td>
<td>11.6</td>
<td>28 363,86</td>
</tr>
<tr>
<td>Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais</td>
<td>11.6</td>
<td>184 974,31</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado líquido do período</strong></td>
<td></td>
<td>226 571,73</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total dos fundos patrimoniais</strong></td>
<td></td>
<td>-3 344,74</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Passivo</strong></td>
<td></td>
<td>223 226,99</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Passivo corrente</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores</td>
<td>11.7</td>
<td>7 341,62</td>
</tr>
<tr>
<td>Estado e outros entes públicos</td>
<td>11.8</td>
<td>3 717,68</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferimentos</td>
<td>11.4</td>
<td>256,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros passivos correntes</td>
<td>11.9</td>
<td>15 461,79</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total do passivo</strong></td>
<td></td>
<td>26 777,09</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</strong></td>
<td></td>
<td>26 777,09</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>250 004,08</td>
</tr>
</tbody>
</table>

A Direção

Yasmin Cannez

[Signatures]
## GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA
### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
### PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

<table>
<thead>
<tr>
<th>RÚBRICAS</th>
<th>NOTAS</th>
<th>DATAS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos de Clientes e Utentes</td>
<td>78 069,33</td>
<td>81 948,82</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos a fornecedores</td>
<td>-66 194,76</td>
<td>-31 562,82</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos ao pessoal</td>
<td>-112 745,85</td>
<td>-97 850,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</td>
<td>-100 871,28</td>
<td>-47 464,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros recebimentos/pagamentos</td>
<td>-39,33</td>
<td>19,70</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa gerada pelas operações</td>
<td>90 951,27</td>
<td>111 654,89</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</strong></td>
<td>-9 959,34</td>
<td>64 210,23</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das actividades de investimento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos respeitantes a:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>-3 762,92</td>
<td>-13 470,05</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros</td>
<td>-197,45</td>
<td>-131,10</td>
</tr>
<tr>
<td>Recibimentos provenientes de:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Ativos fixos tangíveis</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>196,30</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares</td>
<td>157,29</td>
<td>50,83</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</strong></td>
<td>-3 803,08</td>
<td>-13 354,02</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Recebimentos provenientes de:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras operações de financiamentos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamentos respeitantes a:</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras operações de financiamento</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</strong></td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Efeito das diferenças de câmbio</td>
<td>-13 762,42</td>
<td>50 856,21</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e seus equivalentes no início do período</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Caixa e seus equivalentes no fim do período</td>
<td>133 563,76</td>
<td>82 701,85</td>
</tr>
<tr>
<td>119 801,34</td>
<td>133 563,76</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A Direção

O CC

[Signatures]

---
<table>
<thead>
<tr>
<th>RENDIMENTOS E GASTOS</th>
<th>NOTAS</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Vendas e serviços prestados</td>
<td>7</td>
<td>81.610,98</td>
<td>79.942,31</td>
</tr>
<tr>
<td>8 e 11.10</td>
<td>8</td>
<td>121.167,99</td>
<td>168.813,09</td>
</tr>
<tr>
<td>Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</td>
<td>6</td>
<td>-9.317,41</td>
<td>-10.466,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecimentos e serviços externos</td>
<td>11.11</td>
<td>-72.561,04</td>
<td>-53.123,57</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos com o pessoal</td>
<td>9</td>
<td>-114.142,35</td>
<td>-97.998,41</td>
</tr>
<tr>
<td>Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)</td>
<td>11.2</td>
<td>-2.703,03</td>
<td>-2.636,69</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos</td>
<td>11.12</td>
<td>2.262,12</td>
<td>7.522,55</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros gastos</td>
<td>11.13</td>
<td>-2.231,50</td>
<td>-268,33</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</strong></td>
<td></td>
<td>4.085,76</td>
<td>91.783,96</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</td>
<td>5</td>
<td>-7.587,79</td>
<td>-4.729,83</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</strong></td>
<td></td>
<td>-3.502,03</td>
<td>87.054,13</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros e rendimentos similares obtidos</td>
<td>7 e 11.14</td>
<td>157,29</td>
<td>58,43</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos de financiamento</td>
<td>11.14</td>
<td>0,00</td>
<td>-0,08</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultados antes de impostos</strong></td>
<td></td>
<td>-3.344,74</td>
<td>87.112,48</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o rendimento do período</td>
<td></td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Resultado líquido do período</strong></td>
<td></td>
<td>-3.344,74</td>
<td>87.112,48</td>
</tr>
</tbody>
</table>
GEAL - GRUPO ETNOLOGIA
ARQUEOLOGIA LOURINHA

Anexo
10 de junho de 2020
Índice

1  Identificação da Entidade.................................................................3
2  Referencial Contábil de Preparação das Demonstrações Financeiras.....3
3  Principais Políticas Contábilísticas..................................................4
  3.1 Bases de Apresentação.................................................................4
  3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração....................................6
4  Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:12
5  Ativos Fixos Tangíveis.........................................................................12
6  Inventários..........................................................................................13
7  Rédito....................................................................................................14
8  Subsídios do Governo e apoios do Governo........................................14
9  Benefícios dos empregados.................................................................14
10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.................................15
11 Outras Informações..............................................................................15
  11.1 Investimentos Financeiros..............................................................15
  11.2 Clientes e Utentes...........................................................................15
  11.3 Outras contas a receber....................................................................16
  11.4 Diferimentos....................................................................................16
  11.5 Caixa e Depósitos Bancários............................................................16
  11.6 Fundos Patrimoniais........................................................................17
  11.7 Fornecedores...................................................................................17
  11.8 Estado e Outros Entes Públicos.......................................................17
  11.9 Outras Contas a Pagar.....................................................................18
  11.10 Subsídios, doações e legados à exploração......................................18
  11.11 Fornecimentos e serviços externos................................................18
  11.12 Outros rendimentos.......................................................................19
  11.13 Outros gastos................................................................................19
  11.14 Resultados Financeiros.................................................................19
  11.15 Acontecimentos após data de Balanço.............................................20
1 Identificação da Entidade

O Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã, também designado por GEAL, é uma pessoa coletiva de direito privado, fundada em 1981 por tempo indeterminado, com sede na rua João Luís de Moura, nº 95, na Lourinhã. O GEAL é uma associação cultural sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, que dedica especial atenção às seguintes áreas do conhecimento:

* Nas Ciências da Natureza, à Geologia e à Biologia, nomeadamente à Paleontologia e ao Ambiente;
* Nas Ciências Sociais, à História, nomeadamente à Arqueologia e à Etnografia.

- Salvaguardar, defender e valorizar o património natural e cultural
- Promover o estudo e divulgação desse património, prioritariamente através do Museu da Lourinhã;
- Defender o ambiente e a conservação da natureza
- Promover o pensamento científico, o gosto pela descoberta e a aproximação às boas práticas de preservação do património, designadamente junto da população jovem;
- Promover a qualidade de vida com especial foco no concelho da Lourinhã

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de
Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BA2D)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade
As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância
Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões econômicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade
A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna
A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confiram segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma
Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.
3.1.9 Neutralidade
A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência
A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude
A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração
3.2.1 Fluxos de Caixa
A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

a) A retribuição total paga ou recebida;
b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Vida útil estimada (anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Programas de Computador</td>
<td>3</td>
</tr>
</tbody>
</table>

3.2.3 **Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Vida útil estimada (anos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Ativos fixos tangíveis</td>
<td>5</td>
</tr>
</tbody>
</table>

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA
RUA JOAO LUIS DE MOURA
NIF:501419500 - Publicação em Diário da República

© F3M – Information Systems, SA
3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Parte do valor espelhado nesta rubrica é referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Geal adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA
RUA JOAO LUIS DE MOURA
NIF:501419500 - Publicação em Diário da República

© F3M – Information Systems, SA
- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e outras contas a Receber
Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários
A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar
As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais
A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:
- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo
3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficiência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificada ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de
IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4  Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5  Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Saldo Inicial</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Custo</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>44 506,39</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>28 040,29</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>2 650,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento biológico</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>18 156,61</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Ativos fixos tangíveis</td>
<td>4 972,24</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>98 325,53</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Depreciações acumuladas

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>12 902,64</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>27 647,97</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>1 711,46</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento biológico</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Descrição</td>
<td>Saldo inicial</td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------------</td>
<td>---------------</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Custo</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>54 500,14</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>31 967,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>2 650,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento biológico</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>18 646,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Ativos fixos tangíveis</td>
<td>4 972,24</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>112 736,27</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Depreciações acumuladas</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Terrenos e recursos naturais</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios e outras construções</td>
<td>15 751,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento básico</td>
<td>28 095,71</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento de transporte</td>
<td>2 373,96</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento biológico</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento administrativo</td>
<td>16 419,46</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Ativos fixos tangíveis</td>
<td>4 307,13</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>66 947,43</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

6 Invenários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Invenários” apresentava os seguintes valores:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Invenário Inicial</th>
<th>Compras</th>
<th>Reclassificações e Regularizações</th>
<th>Invenário final</th>
<th>Compras</th>
<th>Reclassificações e Regularizações</th>
<th>Invenário final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Mercadorias</td>
<td>20 687,05</td>
<td>13 560,46</td>
<td>0,00</td>
<td>23 926,69</td>
<td>6 564,11</td>
<td>0,00</td>
<td>21 416,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</td>
<td>0,00</td>
<td>146,17</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Produtos acabados e intermediados</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Produtos e trabalhos em curso</td>
<td>0,00</td>
<td></td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>20 687,05</strong></td>
<td><strong>13 706,63</strong></td>
<td><strong>0,00</strong></td>
<td><strong>23 926,69</strong></td>
<td><strong>6 806,78</strong></td>
<td><strong>0,00</strong></td>
<td><strong>21 416,06</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
7  Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Vendas</td>
<td>17 772,59</td>
<td>20 443,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Prestação de Serviços</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Quotas de utilizadores</td>
<td>47 638,39</td>
<td>59 498,80</td>
</tr>
<tr>
<td>Quotas e joias</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Promoções para captação de recursos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços secundários</td>
<td>16 200,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros</td>
<td>157,29</td>
<td>50,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Royalties</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Dividendos</td>
<td>0,00</td>
<td>7,60</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>81 768,27</strong></td>
<td><strong>80 000,74</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

8  Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Subsídios do Governo</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>I E F P</td>
<td>0,00</td>
<td>2 933,44</td>
</tr>
<tr>
<td>C M Lourinhã</td>
<td>42 500,00</td>
<td>42 500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>União Freguesia Lourinhã Atalaia</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Apoios do Governo</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>42 500,00</strong></td>
<td><strong>45 433,44</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

9  Benefícios dos empregados

Nos períodos de 2015 e 2016 número de membros efetivos dos órgãos sociais foi de 13, sendo dois membros da mesa da assembleia-geral, oito membros da direção e três membros do conselho fiscal.

Os membros dos órgãos sociais não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de “7”, e em 31/12/2018 foi de “8”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Remunerações aos Órgãos Sociais</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Remunerações ao pessoal</td>
<td>91 197,84</td>
<td>79 532,31</td>
</tr>
</tbody>
</table>
10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Geal não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Investimentos em subsidiárias</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Método de Equivalência Patrimonial</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Métodos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos em associadas</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Método de Equivalência Patrimonial</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Métodos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Método de Equivalência Patrimonial</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Métodos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Investimentos noutras empresas</td>
<td>500,00</td>
<td>500,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros investimentos financeiros</td>
<td>352,54</td>
<td>150,51</td>
</tr>
<tr>
<td>Perdas por imparidade acumuladas</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>852,54</strong></td>
<td><strong>650,51</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:
Clientes e Utentes títulos a receber

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Utentes</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Clientes e Utentes factoring

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Utentes</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Clientes e Utentes cobrança duvidosa

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Utentes</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Total: 5 000,00  610,78

Nos periodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Clientes</td>
<td>2 703,03</td>
<td>2 636,69</td>
</tr>
<tr>
<td>Utentes</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>2 703,03</strong></td>
<td><strong>2 636,69</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Remunerações a pagar ao pessoal</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamentos ao pessoal</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Devedores por acréscimos de rendimentos</td>
<td>6 012,00</td>
<td>21 148,27</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras operações</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Devedores</td>
<td>19 423,95</td>
<td>20 954,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Perdas por Imparidade</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>25 435,95</strong></td>
<td><strong>42 102,44</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Gastos a Reconhecer</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Seguros</td>
<td>473,77</td>
<td>485,69</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros</td>
<td>350,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>823,77</strong></td>
<td><strong>485,69</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| Rendimentos a Reconhecer       |        |        |
| Quotas                         | 256,00 | 431,00 |
| **Total**                      | **256,00** | **431,00** |

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Caixa</td>
<td>267,88</td>
<td>319,44</td>
</tr>
</tbody>
</table>
11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Saldo Inicial</th>
<th>Aumentos</th>
<th>Diminuições</th>
<th>Saldo Final</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fundos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Excedentes técnicos</td>
<td>0,00</td>
<td>87 112,48</td>
<td>0,00</td>
<td>184 974,31</td>
</tr>
<tr>
<td>Reservas</td>
<td>28 363,86</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>28 363,86</td>
</tr>
<tr>
<td>Resultados transitados</td>
<td>97 861,83</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>97 861,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Excedentes de revalorização</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras variações nos fundos patrimoniais</td>
<td>14 004,45</td>
<td>0,00</td>
<td>-770,89</td>
<td>13 233,56</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>140 230,14</strong></td>
<td><strong>87 112,48</strong></td>
<td><strong>-770,89</strong></td>
<td><strong>226 571,73</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fornecedores c/c</td>
<td>7 341,62</td>
<td>2 816,38</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores títulos a pagar</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores faturas em receção e conferência</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>7 341,62</strong></td>
<td><strong>2 816,38</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Ativo</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)</td>
<td>39,33</td>
<td>14,61</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Impostos e Taxas</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>39,33</strong></td>
<td><strong>14,61</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Passivo</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)</td>
<td>1 238,40</td>
<td>661,82</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)</td>
<td>325,00</td>
<td>341,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Segurança Social</td>
<td>2 133,33</td>
<td>1 871,18</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Impostos e Taxas</td>
<td>20,95</td>
<td>16,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Não Corrente</td>
<td>Corrente</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoal</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Remunerações a pagar</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Caúços</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras operações</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Perdas por imparidade acumuladas</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Fornecedores de Investimentos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Credores por acréscimo de gastos</td>
<td>14 930,89</td>
<td>13 663,32</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros credores</td>
<td>530,90</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>15 461,79</strong></td>
<td><strong>13 663,32</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Subsídios do Estado e outros entes públicos</td>
<td>42 500,00</td>
<td>45 433,44</td>
</tr>
<tr>
<td>Subsídios de outras entidades</td>
<td>78 667,99</td>
<td>123 379,65</td>
</tr>
<tr>
<td>Doações e heranças</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Legados</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>121 167,99</strong></td>
<td><strong>168 813,09</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Subcontratos</td>
<td>15 844,74</td>
<td>7 566,50</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços especializados</td>
<td>10 378,05</td>
<td>17 267,11</td>
</tr>
<tr>
<td>Materiais</td>
<td>20 032,76</td>
<td>13 020,70</td>
</tr>
<tr>
<td>Energia e fluidos</td>
<td>1 437,63</td>
<td>894,23</td>
</tr>
</tbody>
</table>
11.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Rendimentos Suplementares</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Descontos de pronto pagamento obtidos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Recuperação de dívidas a receber</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Ganhos em inventários</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos nos restantes ativos financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>2,49</td>
</tr>
<tr>
<td>Rendimentos em investimentos não financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros rendimentos</td>
<td>2 262,12</td>
<td>7 520,06</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>2 262,12</td>
<td>7 522,55</td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Impostos</td>
<td>55,05</td>
<td>178,26</td>
</tr>
<tr>
<td>Descontos de pronto pagamento concedidos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Incobráveis</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Perdas em inventários</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos nos restantes investimentos financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Gastos em investimentos não financeiros</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Gastos</td>
<td>2 176,45</td>
<td>90,07</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>2 231,50</td>
<td>268,33</td>
</tr>
</tbody>
</table>

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>2019</th>
<th>2018</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Juros e gastos similares suportados</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Juros suportados</td>
<td>0,00</td>
<td>0,08</td>
</tr>
<tr>
<td>Diferenças de câmbio desfavoráveis</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Outros gastos e perdas de financiamento

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>0,00</th>
<th>0,00</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>0,00</td>
<td>0,08</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Juros e rendimentos similares obtidos

<p>| | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Juros obtidos</td>
<td>157,29</td>
<td>50,83</td>
</tr>
<tr>
<td>Dividendos obtidos</td>
<td>0,00</td>
<td>7,60</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Rendimentos similares</td>
<td>0,00</td>
<td>0,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>157,29</td>
<td>58,43</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Resultados Financeiros

<p>| | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>157,29</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

LOURINHA, 10 de junho de 2020

O Contabilista Certificado

[Signature]

A Direção

[Signature]